



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
COMITÊ INTERFEDERATIVO - CIF

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ INTERFEDERATIVO

1
2
3
4
5
6
7
8 Aos vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e dezessete, às dez horas, no Auditório nº 2 do
9 Ibama Sede – Brasília/DF, iniciou a 15ª Reunião Ordinária do Comitê Interfederativo sobre o
10 Desastre de Mariana/MG. Verificado o quórum regulamentar (lista de presença anexa), a Presidente
11 suplente do CIF cumprimentou a todos e deu início aos trabalhos, solicitando que o Secretário-
12 Executivo substituto fizesse a leitura da pauta, os informes gerais e os pontos que seriam
13 trabalhados pelas Câmaras Técnicas. O Secretário-Executivo substituto salientou que se trata de
14 reunião restrita e preparatória do CIF, com a apresentação dos informes gerais. Em seguida, quatro
15 pontos seriam abordados pela SECEX. O primeiro ponto foi referente às alterações no TTAC, as
16 quais foram decididas nas reuniões extraordinárias das últimas duas semanas. O segundo ponto foi
17 o “balanço dos prazos do TTAC”, destacando que a equipe da Divisão de Apoio ao CIF preparou
18 minuta para ser apresentada no período vespertino, sendo necessária a colaboração das CTs no
19 sentido de subsidiar a apresentação com informações oficiais acerca dos prazos. A Presidente
20 suplente do CIF ressaltou que as CTs devem se atentar aos prazos estabelecidos no TTAC e ao que
21 foi alterado via deliberações, destacando que o cumprimento das tarefas é importante para dar
22 publicidade e transparência às atividades das CTs. O terceiro ponto foi referente à indicação para o
23 Conselho de Curadores da Fundação Renova tendo em vista o desligamento do conselheiro curador
24 indicado pelo CIF. O quarto ponto a ser tratado foi a Proposta de Evento sobre o Rio Doce. Em
25 seguida o Secretário-Executivo substituto descreveu a ordem e os principais pontos que seriam
26 debatidos por cada CT. A Presidente suplente do CIF informou que, em conversa com a Presidente
27 do CIF sobre as reuniões de julho e o provável choque de agendas devido ao período de férias, esse
28 assunto deveria ser tratado ainda naquele dia a fim de fechar novas datas dos encontros e que seria
29 mais conveniente a transferência para o início de agosto. A Presidente suplente do CIF informou
30 sobre proposta de Evento sobre a recuperação do rio Doce organizado pelo CIF com o objetivo de
31 expor o andamento das atividades das CTs e da Fundação Renova para a sociedade. A coordenadora
32 da CT-SHQA informou que a iniciativa foi relatada ao Senhor Ministro do Meio Ambiente, que
33 apoiou a proposta. A Presidente do CIF explicou os fatores pessoais que levaram o conselheiro
34 indicado pelo comitê a desligar-se do Conselho de Curadores da Fundação Renova, tendo em vista
35 o fato de que o conselheiro despendia muito tempo nas atividades do conselho em detrimento das
36 suas atividades empresariais. Além disso, no nível profissional, foram relatadas dificuldades
37 relativas ao funcionamento do Conselho de Curadores em razão da falta de um apoio técnico aos
38 conselheiros. Em seguida, a Presidente do CIF explanou os critérios para participar do referido
39 conselho e apresentou o nome do Dr. Francisco Ubiracy Craveiro de Araújo, ex Procurador-Geral
40 do Ibama com extenso currículo de serviços prestados aos órgãos ambientais no Brasil. Dentre os
41 critérios para indicação de nomes ao Conselho de Curadores, destaca-se que devem ser
42 primordialmente pessoas aposentadas com bons salários, por se tratar de atividade não remunerada,
43 sendo vedado o indicado ser servidor ativo. O Secretário-Executivo substituto ficou responsável de
44 enviar o currículo do indicado a todos os membros do CIF para avaliação em suas respectivas bases
45 e Câmaras Técnicas. A decisão acerca do nome indicado ficou para o segundo dia de reunião,
46 podendo ser prorrogada para uma próxima reunião. A Presidente do CIF destacou que a decisão
47 seria plenamente democrática e que os outros membros poderiam indicar outros nomes. Entretanto,
48 essa ação deveria ser executada tempestivamente para evitar que o CIF ficasse desfalcado no
49 Conselho Curador da Fundação Renova. O representante do CBH-Doce sugeriu que o conselheiro

50 de saída fosse convidado para uma futura reunião fechada do CIF para expor as suas experiências
51 em relação a função desempenhada. A sugestão foi considerada pertinente e a SECEX enviará o
52 convite para participação na próxima reunião, marcada para o dia três ou quatro de agosto, a
53 princípio. O Prefeito de Mariana demonstrou preocupação em relação à fiscalização das contratações
54 executadas pela Fundação Renova. Segundo ele, a Fundação não está contratando quase ninguém
55 do município, e a Política de *Compliance*, além de dificultar a contratação de empresas locais, não
56 seria efetiva por haver contratações de empresas de fora, sem CNPJ inscrito na localidade, e que
57 essas encontram-se inadimplentes com as empresas locais. Ressaltou ainda que Mariana possui
58 universidade pública referência nacional e que não presta nenhum serviço à Fundação Renova.
59 Ademais, questionou a competência para fiscalizar as contratações, se seria competência do CIF ou
60 não. A Presidente do CIF declarou que a CTEI, que acompanha as contratações, tem toda a
61 legitimidade para questionar sobre isso, inclusive gerando notificações (multas) pelo
62 descumprimento do Programa de Contratações, elaborando Notas Técnicas sugerindo as medidas
63 cabíveis, e que a melhor forma para resolver essas questões é respeitando a estrutura de governança
64 que foi criada para acompanhar a restauração, isto é, a Fundação Renova e o CIF. O Prefeito de Rio
65 Doce reforçou a necessidade de cobrar, por intermédio das CTs, a Fundação Renova sobre as
66 contratações de empresas de fora. Citou que em Rio Doce, a exemplo de Mariana, 90% das
67 contratações são de empresas de fora, apesar de existirem profissionais e empresas qualificadas na
68 região. Destacou ainda que, em conversas com outros prefeitos da Bacia do Rio Doce, existe uma
69 preocupação comum em relação aos programas de apoio ao turismo, esporte e lazer, que seria muito
70 importante que a Fundação Renova apresentasse a política referente a esses programas,
71 manifestando que algumas Prefeituras não obtiveram respostas da Fundação às suas indagações e
72 que seria oportuno que a Renova divulgasse os critérios, padrões do programa, para que nenhum
73 dos trinta e nove municípios fossem prejudicados. O representante do CBH-Doce relatou que foi
74 convidado por um grupo ligado à UFES para uma conversa sobre as dificuldades para a constituição
75 da Rede Rio Doce Mar, onde foi relatado que a Renova pretende dividir as ações entre a região
76 marítima e estuarina (ES) e calha do rio Doce (MG). Destacou que o grupo é contrário à divisão,
77 por entender que o conjunto rio-mar é indivisível e que essa ação poderia dificultar a integração das
78 ações ao longo da bacia hidrográfica. Argumentou que o CIF deveria cobrar a Fundação no sentido
79 de ser mais transparente, principalmente em relação a Política de *compliance*, que bloqueia várias
80 ações, mas que permite igualmente outras ações em relação às contratações. O Prefeito de Mariana
81 expôs a sua preocupação em relação à Deliberação nº 55 e propôs que seja feito um levantamento
82 dos contratos firmados antes e após o dia 31 de março de 2017, em virtude de que os contratos
83 anteriores à deliberação não estão sujeitas ao seu crivo. Declarou que a qualificação realmente é
84 baixa para algumas atividades na região e que até o momento não existe concretamente um
85 programa de qualificação, mas apenas uma política de contratação. Mencionou que o termo
86 "prioritariamente" não é vinculante, porque depende "das condições técnicas definidas na
87 contratação". Logo, não há prioridade. Concluiu que, justamente por não haver política de
88 qualificação e de desenvolvimento de produtores locais, constatou uma situação de precariedade
89 empresarial na região, após conversas com outros prefeitos. Como exemplo, citou a situação
90 alarmante dos empresários, levantando a discussão em relação à dificuldade das empresas locais
91 serem contratadas pela Fundação Renova devido aos pagamentos serem realizados em até noventa
92 dias, o que inviabiliza os pagamentos dos insumos e funcionários por falta de capital de giro,
93 descapitalizando as empresas. Dentro desse contexto, afirmou ser necessário uma reforma da
94 Cláusula 130 do TTAC para que a Fundação possa financiar o capital de giro das empresas,
95 propondo estudos de casos concretos. Registra-se os seguintes encaminhamentos: Os Prefeitos
96 subsidiarão casos concretos para a CTEI analisá-los. A Procuradora da ANA reafirmou a
97 necessidade de auditoria do Programa pela EY, mencionando outro problema, referente à rede de
98 subcontratação. A Presidente do CIF recomendou a construção de indicadores pela consultoria
99 independente para acompanhar as contratações, antecipando a auditoria durante todo o processo,

100 direcionando o assunto para tratamento da CTEI. A CT também deverá analisar os impactos sociais
101 nos pequenos municípios decorrentes do grande volume de trabalhadores contratados pela Renova
102 de fora dos respectivos municípios. A coordenadora da CT-SHQA relatou que, em levantamento
103 realizado juntamente a coordenadora da CT-FLOR, constataram que dois Termos de Referência
104 foram elaborados para a mesmo objeto, configurando sobreposição de ações. As coordenadoras
105 destacaram a importância de que seja feito o monitoramento sistêmico das contratações de todas as
106 CTs, nos moldes estabelecidos pelas Cláusulas 144 e 148. Seguindo a pauta, passou-se para as
107 apresentações das CTs. A coordenadora da CT-SHQA apresentou três minutas de deliberações: a
108 minuta de Deliberação sobre a Nota Técnica 11 que trata de esgotamento sanitário e resíduos
109 sólidos (Cláusulas 169 e 170); a minuta de Deliberação sobre o item 1 da Deliberação nº 33, que
110 trata sobre material inconsolidado e coloides; e a minuta de criação do GT de acompanhamento do
111 PMQQS. A coordenadora divulgou que entre os dias 17 e 22 de julho será realizada vistoria de
112 todas as estações telemétricas da bacia do rio Doce e que, ao final, em Vitória, será realizada ação
113 de divulgação do trabalho, com coletiva de imprensa e outras divulgações na mídia. Em seguida, fez
114 informes sobre as últimas reuniões da CT e dos Ofícios da CEF, apresentando, na sequência, os
115 andamentos das ações relativas às cláusulas sob responsabilidade da CT. O representante da CT-
116 SHQA apresentou a Nota Técnica 11 descrevendo uma série de análises, enaltecendo que todos os
117 municípios se manifestaram sobre o tratamento de esgoto e apenas seis não se manifestaram acerca
118 da destinação dos resíduos sólidos. Foram recebidas poucas solicitações sobre obras específicas.
119 Apresentação das planilhas anexas à NT, com extratos parciais das Prioridades 1, 2, 3 e 5. Apontou
120 divergências em três municípios: Timóteo, Iapu e Governador Valadares. A seguir, houve amplo
121 debate sobre situação de Governador Valadares. Em seguida, foi mencionado o Condoeste,
122 consórcio de quatro municípios capixabas que serão contemplados pelo programa de destinação dos
123 resíduos sólidos. O Sinvalpi, consórcio de municípios mineiros será apreciado posteriormente.
124 Adiante, foi apresentado o quadro de valores, os quais já acumulam trezentos milhões de reais, dos
125 quais a metade já está disponível. Em seguida foi apresentada a minuta da deliberação da referida
126 nota técnica, com explicação dos detalhamentos e recomendações da CT. Os membros do CIF
127 debateram sobre quais tipos de instituições e arranjos financeiros seriam apropriados para atender
128 os dispostos na NT 11 e quais os prazos para que a Fundação Renova seguisse os ordenamentos do
129 item 4, a saber: 30 dias para os subitens 4.1 e 4.2, e 60 dias para o 4.3. A representante da SEMAD
130 registrou o interesse do Estado de MG em levar o acompanhamento do Programa ao BDMG.
131 Assim, a redação da deliberação incluiu o trecho: "proposta para repasse de recursos financeiros,
132 formalizada junto a uma ou mais financeiras públicas". Por fim, registra-se em Ata o seguinte
133 encaminhamento: A CT-SHQA enviará Ofício abrindo nova chamada para que os municípios que
134 apresentaram propostas com pendências retifiquem as mesmas em até 120 dias. Próximo item da
135 pauta, foi apresentado o Relatório Técnico nº 03, elaborado em conjunto entre IBAMA e
136 IEMA/MG, que detalha o histórico acerca do tema referente aos coloides, principalmente quanto as
137 reiteradas recusas da Renova em coletar e analisar a substância nadante. Foi apresentada sugestão
138 de autuação pelo não cumprimento do item da deliberação. O RT 03 subsidiou as informações para
139 a elaboração da minuta de deliberação que rejeita a justificativa da Fundação Renova para o
140 descumprimento do prazo estabelecido na Deliberação nº 33, item 1. Amplo debate sobre aspectos
141 jurídicos, legais e administrativos da proposta, com ajustes na redação da proposta, destacando-se
142 que a multa deverá ser lavrada em desfavor da Samarco. A Presidente asseverou que o rito da multa
143 da CT-Rejeitos deve ser observado e seguido, prevendo a multa de um milhão de reais cumulada
144 com a multa de cinquenta mil reais por dia de descumprimento, devendo-se realizar primeiramente
145 a notificação e, em seguida, abrir prazo para recebimento de recurso. A representante do IEMA
146 destacou que, devido ao último item do RT 03, o mesmo não pode ser aprovado na íntegra, visto
147 que o CIF não pode impor obrigações aos órgãos ambientais. A solução apontada foi a inclusão de
148 referência ao Relatório Técnico no preâmbulo da deliberação. Foi alterada a redação do último item
149 da deliberação, determinando que as análises sejam realizadas de imediato e o prazo para entrega

150 resultados ao CIF será de 45 dias. A Procuradora da ANA sugeriu que fosse adotado o padrão de
151 aplicação da multa com base na Cláusula 247 do TTAC, se prontificando em elaborar modelo em
152 conjunto com o Procurador do Ibama. Em seguida foi feita apresentação da minuta de criação do
153 GI de acompanhamento do PMQQS. Não foram feitas quaisquer alterações na proposta de
154 deliberação. Às treze horas e quinze minutos a reunião foi **suspensa para o almoço**, sendo
155 retomada às quatorze horas e vinte minutos. O próximo item da pauta foi apresentado pelo
156 representante da CTEI, que expôs a NT 18, que trata sobre a Avaliação da Proposta de
157 Ressarcimento. Primeiramente, foi abordada a proposição do documento que determina as datas de
158 ressarcimento dos gastos extraordinários, sendo citado que os gastos extraordinários efetuados até
159 31 de março de 2017 provavelmente serão ressarcidos a partir de outubro do mesmo ano. Na
160 sequência, foi levantado o tema do ressarcimento à polícia, bombeiros e defesa civil, em que
161 Renova alega cumprimento do dever legal e a CTEI requer pagamento das horas trabalhadas no
162 atendimento ao desastre. Adiante, foi apresentado o cronograma previsto para o ressarcimento,
163 destacando-se a necessidade de treinamento dos municípios e compromitentes em relação às
164 demonstrações dos gastos que serão objeto do ressarcimento conforme o TTAC. Foi mencionado
165 que, entre a data do desastre e a data atual, houve mudanças de gestão e de pessoal nos municípios,
166 o que pode ocasionar a perda de dados relativos aos gastos, sendo frisado que o formulário modelo
167 a ser preenchido pelos municípios ainda não foi enviado pela Renova à CTEI. Na sequência,
168 abordou-se os critérios de elegibilidade para ressarcimento, havendo discordância entre a posição da
169 Renova e o posicionamento da CTEI, visto que alguns gastos não foram realizados especificamente
170 dentro da área impactada, mas são relacionados ao desastre ou possuem relação com toda a
171 dinâmica do desastre. Em seguida, foram discutidos os gastos com pessoal e a contratação de
172 serviços e a aquisição de produtos emergencialmente, com efeitos no orçamento dos entes públicos.
173 Sugestão de que a auditoria contratada seja responsável pelo fluxo e efetivação do ressarcimento. A
174 proposta de deliberação foi apresentada, similar à Deliberação nº 69. Após amplo debate, foram
175 realizadas alterações no texto apresentado. O representante da CTEI solicitou que seja registrada em
176 Ata a concordância da Renova quanto ao pagamento dos gastos extraordinários compreendidos
177 entre março de 2016 até o dia trinta e um de março de 2017. O pagamento desse período será
178 iniciado até o dia trinta e um de outubro de 2017. A CTEI ficou incumbida de revisar a minuta de
179 deliberação para votação amanhã. O representante da CTEI relatou que no dia treze de junho
180 ocorreu reunião entre o Comitê Gestor do Convênio FAPES/FAPEMIG e a Renova para promover a
181 seleção de projetos passíveis de financiamento para a restauração dos danos do Evento. Solicitou
182 novamente que seja registrado em Ata que a Fundação Renova solicitou que todas as CTs indiquem
183 os assuntos mais relevantes para desenvolvimento tecnológico e que a decisão de quais projetos
184 serão financiados será tomada em conjunto, em análise integrada. O representante da CTEI
185 comentou acerca dos fundos de investimentos para municípios da calha do rio e para municípios
186 considerados mineradores, os quais estão sendo desenhados, parte implementada pelo BDMG e
187 outra pelo BANDES, com expectativa de que a proposta geral seja apresentada em julho e a
188 implementação ocorra no terceiro trimestre deste ano, a partir de agosto ou setembro, informando
189 que os empréstimos serão focados em capital de giro, para que as empresas da calha se tornem
190 fornecedoras da Renova. Ao final, teceu críticas aos documentos apresentados pela Renova,
191 principalmente à lista de empresas contratadas, cujos dados estão dispersos e mal organizados, em
192 tabela precária, solicitando a entrega formal de relatórios técnicos. Apontou a existência de
193 excessivas contratações de empresas de fora da área de abrangência dos estados de Minas Gerais e
194 Espírito Santo, mencionando que os gastos com empresas da calha do rio Doce não chegam a 60% e
195 informando que cerca de 25% dos gastos do último mês foram com empresas de limpeza industrial
196 sediadas em São Caetano do Sul/SP. Afirmou ser necessária a conciliação entre a demanda das
197 atividades da Renova e a disponibilidade de empresas e de mão de obra na área de abrangência. O
198 Prefeito de Mariana declarou que solicitou à Renova informações sobre os processos de contratação
199 em andamento, requerendo a publicação dos mesmos. Todavia, teve seu pedido negado, mediante

200 alegação da Renova de que seriam informações restritas. Dessa maneira, cobrou providências para a
201 abertura dos dados referentes aos processos de concorrência para contratação local, solicitando que
202 o envio de Ofício seja registrado em Ata. A representante da SEMAD relatou que considera
203 importantes as informações trazidas pelos prefeitos em relação à política de contratação de mão de
204 obra local e que existem dificuldades para compreensão da política de *compliance* adotada pela
205 Renova, solicitando que seja agendada reunião com a Promotoria de Fundações em MG para
206 discussão sobre o tema. Próximo item da pauta, o coordenador da CT-BIO apresentou a avaliação
207 sobre o cumprimento da Cláusula 165, destacando que os prazos não estão sendo cumpridos. Após
208 breve histórico e projeção do Ofício enviado à Renova, relatou que o TR foi entregue em outubro de
209 2016 e que já se transcorreram oito meses e os programas ainda não foram iniciados. Declarou que
210 a Renova alegou razões de *compliance* para o atraso do cumprimento dos programas,
211 principalmente em relação à recomendação do TR de que se contrate ou envolva no monitoramento
212 às universidades públicas que participaram, desde o início, do monitoramento realizado pelo
213 ICMBio em parceria com outras entidades ambientais e com o apoio de diversos especialistas
214 reconhecidos. O coordenador da CT-BIO declarou que, em *workshop* realizado em 2016, foram
215 delimitados parâmetros para a elaboração do TR e que os especialistas que participaram desse
216 *workshop* tiveram os seus nomes registrados como participantes do evento, mas que não foram
217 responsáveis pela elaboração direta do TR, o qual foi elaborado pelos órgãos ambientais integrantes
218 da CT-BIO. Salientou ainda que a recomendação de que se envolva as universidades públicas se
219 deve ao fato de que essas já participam do monitoramento atual, evitando-se prejuízos decorrentes
220 de perdas de informações, assim como dos dados relativos às três expedições realizadas. Além dos
221 custos da contratação direta das Universidades Federais públicas serem mais baixos, as mesmas
222 possuem os melhores laboratórios e as melhores referências. Explicou que se a Renova contratar
223 empresas para fazer o monitoramento, as mesmas provavelmente subcontratariam aqueles
224 laboratórios, o que elevaria os custos do monitoramento, divergindo da política de desenvolvimento
225 da ciência ao não incentivar a participação direta das universidades. Destacou que o monitoramento
226 atual constatou que a quantidade de ferro e alumínio em ambiente marinho está aumentando
227 progressivamente e que já chega a ser até três vezes superior à época do acidente, o que caracteriza
228 um cenário de poluição crônica, e não mais aguda, mencionando que os sedimentos se deslocam
229 perigosamente para o norte, em direção a Abrolhos. Para impedir a ampliação do desastre,
230 informou que diversas armadilhas de sedimentos estão sendo montadas na região. Ainda citou que,
231 segundo o monitoramento, a quantidade de plânctons caiu em torno de 25%, o que pode levar a um
232 desequilíbrio da cadeia trófica com consequências de difícil mensuração. As recomendações da
233 proposta de deliberação foram a aprovação as recomendações das NIs 10 e 14 e o rigoroso
234 cumprimento do TR nº 4, além do início imediato do monitoramento previsto na Cláusula 165, sob
235 pena de aplicação de sanções. A representante da SEMAD reconheceu que o SISEMA demorou
236 para se integrar ao trabalho das CTs do CIF, o que causou certo prejuízo de seus técnicos para a
237 participação na elaboração do TR, discordando da aprovação da deliberação, tendo em vista que não
238 concorda com as indicações das universidades sem o procedimento de chamamento público, e que o
239 TR tem oito anexos e somente um deles trata do ambiente de água doce, destacando que, para os
240 técnicos do IEF, o TR não dá cobertura ao monitoramento da biodiversidade no território mineiro,
241 na parte terrestre. Diante disso, haveria a necessidade de aprofundamento dessas questões para
242 monitoramento da fauna aquática no continente. Também comentou que a SEMAD entende que
243 existem pelo menos cinco universidades que possuem pesquisadores com competência para
244 executar o monitoramento da biodiversidade em MG e que a SEMAD não teria como indicar nomes
245 ou o melhor modelo para execução do monitoramento, o que poderia ocorrer através de edital da
246 FAPEMIG, com recursos da Renova, com abertura para que os pesquisadores interessados possam
247 apresentar suas propostas e executar o monitoramento de acordo com os requisitos de aprovação
248 pela FAPEMIG, entendendo que a proposta de TR da CT-BIO pode ser adequada ao ambiente
249 marinho, mas que eles não podem opinar por não terem especialistas nesse assunto. Portanto,

250 concorda se a redação da deliberação especificar sua destinação exclusiva para o ambiente marinho,
251 solicitando prazo de trinta dias para o IFF apresentar um TR complementar, abordando as questões
252 relativas ao monitoramento em ambiente dulcícola, assim como uma proposta de modelo de gestão
253 de apoio a pesquisadores o monitoramento no continente, sem prejuízo ao monitoramento já
254 iniciado na água salgada. O coordenador da CT-BIO solicitou registro em Ata que os professores e
255 pesquisadores não elaboraram o TR. Após ampla discussão relativa à divisão da região geográfica
256 da Bacia do Doce, com vistas à separação do monitoramento entre mar e rio, a redação da
257 deliberação foi alterada, para atender imediatamente a urgência da demanda marinha. Sugestão de
258 que a FAPES e FAPEMIG articulem a contratação das universidades. Adiante, o próximo item da
259 pauta foi apresentado pelo coordenador da CT-Saúde, que informou que a equipe apresentou uma
260 nova versão da Nota Técnica acerca da proposta de alteração na Cláusula 112-A do TTAC, com
261 inserção de novo parágrafo único, que trata sobre o monitoramento da qualidade da água para
262 consumo humano. Solicitou que a metodologia a ser implementada para o referido programa seja
263 pautada na próxima reunião do CIF. Fez informes sobre o Programa de Assistência aos Animais,
264 mencionando que foi encaminhada proposta de ação para castração de animais de pequeno porte em
265 MG e ES, ação compensatória reivindicada pela população. Porém, enfatizou que essa ação,
266 segundo legislação específica, não pode ser tratada como ação de saúde e, por não ser configurada
267 como da área da saúde, o programa não cabe à CT-Saúde. Declarou que em nenhum município é
268 permitido, legalmente, o uso de recurso público vinculado à área da saúde para desenvolvimento
269 dessas atividades por não ser uma ação de controle de zoonoses. A CT-Saúde entende que essa ação
270 tem um impacto maior em relação ao bem-estar animal e à questão de educação sanitária, devendo
271 ser apreciada pela CT-OS ou outras CTs. Ampla discussão sobre o Programa. O representante da
272 SECIR fez breve histórico sobre a iniciativa pós desastre para adoção e tratamento dos animais
273 errantes, considerando, inclusive, que o Programa já foi cumprido e que essa nova iniciativa seria
274 uma ação complementar da Renova, por não estar prevista expressamente no TTAC. Amplo debate
275 sobre o custo da ação compensatória, que impactaria no custo dos outros programas
276 compensatórios. A CT-Saúde avaliará a previsão de custos totais das ações, em conjunto com a
277 Secretária de Saúde do ES, com base na campanha de vacinação antirrábica do último ano. A
278 SECEX consultará se a Renova se comprometeu em não debitar os valores da referida ação dos
279 programas compensatórios, verificando se há registro na Ata da última reunião do CIF em Belo
280 Horizonte. A representante da Casa Civil afirmou que a questão está pautada na próxima reunião da
281 CT-OS, que avaliará o programa complementar. Ademais, informou que o MDS não agendou
282 reuniões da CT-OS nos meses de maio ou junho. Portanto, não apresentou os andamentos referentes
283 ao Programa de Assistência aos Animais, tampouco sobre os informes relativos ao cumprimento da
284 Deliberação nº 58. Seguindo a pauta, O coordenador da CT-Infra fez informes relacionados ao
285 Programa de Reassentamento. Informou que a Renova apresentou ao Estado e à Prefeitura de
286 Mariana projetos para parcelamento urbano divergentes, não havendo especificação do local do
287 empreendimento, com informações destoantes de áreas de 85 ou 125 hectares. Mencionou que a
288 SECIR auxiliou de todas as formas possíveis, inclusive elaborando minuta de projeto de lei
289 municipal, para agilizar o processo. Saliu que a Renova não possui informações técnicas
290 básicas para superar os antecedentes do licenciamento ambiental e demais anuências para
291 transformar o território rural em urbano, afirmando que os requisitos prévios não foram cumpridos e
292 os dados são inconsistentes. Por fim, registrou que os representantes da Renova concederam
293 entrevistas para veículos de comunicação em nível nacional afirmando que já protocolaram todos os
294 documentos e que só falta o licenciamento ambiental, o que não corresponde à verdade. A
295 representante do IEMA comunicou que a sua equipe fez um levantamento detalhado de uma série
296 de notícias inverídicas divulgadas pela Renova e que o documento foi encaminhado a SECEX, que
297 enviará a CT-Comunicação para elaborar NT com proposta de deliberação de advertência para
298 retirar as notícias do site da Renova. Ampla discussão sobre a necessidade desse instrumento.
299 Decidiu-se primeiramente tratar do assunto com a Renova na reunião aberta do dia seguinte. O

300 último item da pauta do dia foi apresentado pelo coordenador da CT-Rejeitos, por videoconferência,
301 que informou que pediu inversão de pauta devido ao rompimento do cabo de fibra óptica nas
302 proximidades da Superintendência do Ibama em MG, o que ocasionou problemas de conexão com a
303 internet no início da manhã. Foi apresentada a NT com proposta de deliberação em resposta ao
304 Ofício da Renova sobre a suspensão da multa diária em relação à Cláusula 150 do TTAC. A Renova
305 formalizou requerimento ao CIF não se opondo à proposta de destinação dos recursos das multas
306 das Deliberações nº 45 e nº 54 em ações compensatórias em quatro municípios mineiros: Rio Doce,
307 Santa Cruz do Escalvado, Barra Longa e Mariana. Os quatro itens constantes no referido Ofício
308 foram analisados e respondidos pela NT da CT-Rejeitos, que foi lida na íntegra. Com relação ao
309 item 1, a CT-Rejeitos manifestou concordância parcial com a demanda, propondo nova redação ao
310 item, enfatizando que todas as discussões técnicas devem ocorrer no âmbito das Câmaras Técnicas
311 do CIF e que, no caso específico da dragagem em Candonga, as questões foram reiteradamente e
312 exaustivamente tratadas na CT, pontuando a demanda e as colocações da Samarco como
313 intempestivas. Apenas posteriormente e, caso a discussão não seja vencida dentro da CT, que será
314 direcionada ou não ao Painel de Especialistas, por deliberação do CIF. Entretanto, após amplo
315 debate, alguns membros do CIF afirmaram que a proposta do item 1 deve ser totalmente rejeitada,
316 por se tratar de pressuposto para aplicação das multas. Com relação aos itens 2 e 3, foi apresentada
317 a proposta de repactuação do plano de manejo de rejeitos, dividida em 2 fases, suspendendo a
318 aplicação de multa diária a contar do dia vinte e cinco de maio de 2017 até que efetivada a
319 repactuação. O item 4 também foi objeto de pequenas alterações propostas pela CT-Rejeitos.
320 Diversas sugestões de encaminhamentos. Contudo, decidiu-se que, pela relevância do assunto, a
321 questão será reapresentada no primeiro horário do dia seguinte, ficando a SECEX incumbida de
322 imprimir a versão final da NT para apreciação dos membros e novos encaminhamentos. Em
323 seguida, foram abordados os itens 5 e 6, propostos pela CT-Rejeitos, prevendo o enchimento do
324 reservatório da UHE Risoleta Neves. Em relação ao Anexo dois do Plano de Manejo de Rejeitos, a
325 Renova apresentou as suas conclusões finais e solicitou o realinhamento das metas que tratam das
326 recuperações socioeconômicas e socioambientais da UHE, sugerindo a revisão das Cláusulas 79,
327 80, 81 e 150 do TTAC. Dúvidas e explicações acerca dos barramentos A, B e C. O coordenador da
328 CT-Rejeitos informou que a dragagem realizada atualmente, além de ineficiente, está poluindo o
329 rio, devido ao impacto inerente à atividade de dragagem por retirar os sedimentos depositados no
330 leito do rio. Por fim, questões relacionadas à ANEEL e ao Consórcio Candonga foram debatidas. Ao
331 final, todos concordaram com o reinício da reunião amanhã às nove horas e trinta minutos, dando
332 continuidade à apresentação da CT-Rejeitos. A reunião se encerrou às dezoito horas e trinta minutos
333 do dia vinte e seis de junho de dois mil e dezessete. Aos vinte e sete dias do mês de junho de dois
334 mil e dezessete, às nove horas e trinta minutos, no Auditório nº 2 do Ibama Sede – Brasília/DF, foi
335 retomada a segunda parte da 15ª Reunião Ordinária do Comitê Interfederativo sobre o Desastre
336 de Mariana/MG. Verificado o quórum regulamentar (lista de presentes anexa), a Presidente do CIF
337 cumprimentou todos os presentes e reiniciou os trabalhos com a apresentação da CT-Rejeitos sobre
338 a NT de Avaliação do Plano de Manejo de Rejeitos e demais desdobramentos das cláusulas do
339 TTAC. O coordenador da CT, por videoconferência, informou que foi enviada correspondência à
340 Renova para que se manifeste sobre a NT que analisa a proposta de suspensão da multa diária,
341 visando uma repactuação entre as partes e o realinhamento das metas. Também mencionou que será
342 apresentada minuta de Deliberação ao CIF sobre o tema. Releitura integral da NT, com
343 considerações item a item do Ofício da Renova recebido no dia 25 de maio, isto é, no segundo dia
344 da última reunião ordinária do CIF. A possibilidade de aceitação da proposta de suspensão da multa
345 diária a partir da data citada é condicionada ao total cumprimento dos prazos e ações previstos em
346 repactuação acertada no Plano de Manejo aprovado pela CT, para a efetiva retirada dos rejeitos e da
347 dragagem da Usina de Candonga. Caso haja descumprimento do repactuado, a multa diária
348 reincidirá a partir de 25/05/2017. A Presidente ressaltou que o Procurador do Ibama realizou análise
349 jurídica do documento. A contraproposta da CT para o item 1 do Ofício, analisado na NT, foi

350 mantido com alterações propostas pelos membros, registrando-se que alguns membros solicitaram a
351 desconsideração e a retirada do item I da NT apresentada. Os itens 2, 3 e 4 do Ofício tiveram suas
352 redações alteradas por meio das contrapropostas apresentadas pela CT-Rejeitos. Por sua vez, os
353 itens 5 e 6 foram propostos pela própria CT-Rejeitos, baseando-se no Ofício nº 02001.003165/2017-
354 13, de 19 de abril de 2017, do Gabinete da Presidência do Ibama, e na decisão registrada na Ata da
355 12ª Reunião Ordinária do CIF realizada em Belo Horizonte nos dias 30 e 31 de março de 2017, que
356 culminaram na reunião com a Samarco e se referem à destinação dos valores devidos pelas multas
357 das Deliberações do CIF nº 45 e nº 54 em medidas compensatórias adicionais nos Municípios de
358 Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado, Barra Longa e Mariana, localizados no Estado de Minas
359 Gerais. O Prefeito de Rio Doce informou que os Prefeitos de Barra Longa e Santa Cruz do
360 Escalvado foram procurados pela Renova para aplicação dos recursos das multas. **Registra-se em**
361 **Ata que os valores das futuras multas eventualmente impostas deverão ser aplicados em ações**
362 **nos Municípios mais relacionados aos Programas cujas cláusulas foram descumpridas.** Os
363 quatro Municípios supracitados foram elencados devido à proximidade da área afetada pela não
364 realização da dragagem em Candonga, com impactos diretos aos mesmos. O coordenador da CT-
365 Rejeitos ficou incumbido da redação da nova proposta de Deliberação para votação no período da
366 tarde. Na sequência, o Prefeito de Rio Doce comunicou que o Desembargador do TJMG suspendeu
367 o alvará da Samarco relativo às obras na Fazenda Floresta. Tendo em vista o grande impasse na
368 região envolvendo a Samarco, a Renova, o Consórcio Candonga, o Município de Rio Doce e os
369 órgãos ambientais, sugeriu-se que a Casa Civil mediará o conflito, com participação de todos os
370 envolvidos em reunião a ser agendada, assim como será acionado o Painel Consultivo de
371 Especialistas, em consonância com a Cláusula 246 do TTAC. Restou definido que ambas as
372 instâncias serão acionadas, através do Plano de Monitoramento da Casa Civil e do Painel de
373 Especialistas, que discutirá as questões técnicas, não servindo como instância revisora de multas, as
374 quais não serão discutidas. O representante da SECIR reiterou os comentários tecidos no dia
375 anterior, acerca da dúvida sobre a necessidade de que a ANEEL e o MME também participem das
376 discussões acerca da UHE Risoleta Neves, por se tratar de um contrato de concessão. A
377 representante da SEMAD informou que a ANEEL não vem se manifestando diretamente sobre o
378 assunto, possuindo o Consórcio Candonga autonomia para lidar com a situação. O coordenador da
379 CT-Rejeitos mencionou que devido às normas de segurança da barragem, a ANEEL deve ser
380 noticiada acerca do enchimento do reservatório. Também afirmou que o referido enchimento é
381 objeto de decisão judicial, o que dificulta a resolução do impasse. Em continuidade, a representante
382 da SEMAD iniciou a apresentação sobre a situação da Fazenda Floresta e da dragagem de
383 Candonga, discorrendo resumidamente acerca das dificuldades para a regularização ambiental da
384 região, principalmente com relação às áreas para o depósito dos rejeitos, que são consideradas obras
385 emergenciais para manter a segurança do barramento da Usina de Candonga. Apresentação dos
386 pressupostos e Pareceres Técnicos, destacando os riscos e impactos possíveis, que resultaram na
387 escolha da Fazenda Floresta como área de sacrifício, evitando-se maiores danos para todo o rio
388 Doce. Projeção de imagens de satélites e explicações sobre o Projeto que ainda está em
389 desenvolvimento, mas que prevê o bombeamento dos rejeitos até a área de disposição na Fazenda
390 Floresta, situada em região mais elevada do que o barramento de Candonga. Continuação das
391 explicações sobre os diques de rejeitos, técnica de disposição utilizada na mineração, e da
392 construção de outros dois barramentos para drenagem e decantação dos efluentes, com aplicação de
393 coagulantes floculantes, até que retornem ao rio Doce, dentro dos limites e padrões previstos na
394 legislação ambiental, a jusante da Usina. Destacou que a Renova deu início à implantação de duas
395 bacias de transferência e tratamento dos efluentes das pilhas de rejeitos dentro da Área de
396 Preservação Permanente do Rio Doce, conforme imagens apresentadas. As tubulações serão
397 construídas próximas a estradas já existentes, para minimizar os impactos e a supressão vegetal.
398 Também mencionou que uma das medidas compensatórias será a transferência para outro local do
399 campo de futebol situado na área de uma das bacias, que é muito utilizado pela comunidade.

400 Ressaltou que os técnicos do SISEMA afirmam que haveria alternativas locacionais e tecnológicas
401 para que as duas bacias fossem fora da APP, não concordando que essa opção escolhida, cujas
402 intervenções já começaram a ser realizadas, em desacordo inclusive com a Lei Municipal de Rio
403 Doce que prevê que o Município não pode receber resíduos industriais. Portanto, a Samarco deverá
404 ser autuada por descumprimento da legislação ambiental. O representante do CBH-Doce apresentou
405 dúvidas acerca do período chuvoso e da cheia do rio como fator de risco ao projeto. O Prefeito de
406 Rio Doce afirmou que a água nunca chegou ao local escolhido dentro da Fazenda Floresta, ainda
407 que nas enchentes. A representante da SEMAD mencionou que ainda não foi realizada análise
408 técnica sobre o tema suscitado. Adiante, destacou que além do longo período sem resolver a
409 questão, os órgãos ambientais não poderão se omitir pois houve intervenção em APP e as
410 prerrogativas municipais não foram atendidas, conforme constatou-se em vistoria do dia 31 de
411 maio. Também comunicou que todas as obras serão licenciadas em conjunto, em processo único. A
412 Presidente afirmou que trata-se de caso típico para o Painel de Especialistas. Muitas dúvidas e
413 explanações. Explicações sobre o CODEMA, que se reunirá amanhã. Sem a anuência desse
414 Conselho, não se pode formalizar o processo de licenciamento ambiental. O representante do
415 CODEMA informou que existem duas condicionantes ao projeto, uma relativa à captação municipal
416 de água no manancial das lajes, e outra referente à estação de tratamento de esgoto para a
417 comunidade de Santana, que vem sendo gravemente impactada pelas obras na região. A primeira
418 provavelmente será aprovada pelo Conselho, mas o cronograma previsto para a segunda não atende
419 às determinações do CODEMA. Afirmou também que o fato do Projeto ser apenas conceitual, e não
420 um Projeto Executivo definitivo, torna-se o principal empecilho para o Conselho opinar
421 favoravelmente e aceitá-lo. Novamente, a Presidente destacou a necessidade de se acionar o Painel
422 de Especialistas para a resolver a situação. A representante da SEMAD ainda alertou acerca da
423 existência dos bens acautelados na região, objetos de tombamento provisório da casa da sede da
424 Fazenda Floresta pelo COMPAC. O Prefeito de Rio Doce fez breve histórico da utilização do
425 campo da fazenda, utilizado a mais de cem anos, e destacou que, com relação à sede, a mesma já
426 encontra-se inventariada a mais de quinze anos, enfatizando que não será a melhor solução se
427 houver depósito de rejeitos em todo o seu entorno. A representante da SEMAD informou que serão
428 lavrados Autos de Infração contra a Renova e a Samarco pela intervenção em APP devido ao início
429 de duas bacias de sedimentos, contrariando, inclusive, Ofício anterior da SEMAD à Renova.
430 Novamente, a falta de transparência da Fundação Renova foi objeto de críticas. Na sequência, o
431 coordenador da Câmara Técnica Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais fez informes sobre a
432 reunião de instalação da CT. Foram seis pontos tratados em reunião de cinco horas, com diversos
433 atores de variados órgãos. Dentre os encaminhamentos, destacou nova demanda acerca da tribo
434 indígena dos Pataxó, em Minas Gerais, os quais não foram contemplados pelo TTAC. Também foi
435 mencionado que existem comunidades quilombolas que não foram contempladas pelo TTAC,
436 principalmente a de Degredo, assim como outras comunidades localizadas no litoral do ES.
437 Afirmou que será enviado Ofício à Renova para que sejam especificados quais os critérios
438 utilizados para fixar o valor da indenização emergencial aos Tupiquim e Krenak, assim como para
439 realização dos estudos preliminares, os quais nunca foram recebidos pela Funai, tampouco pela
440 DPU, apesar de reiteradas solicitações. Outro Ofício será enviado para a CT-OS, acerca da
441 elegibilidade dos pescadores e garimpeiros tradicionais, que poderão ser estudados pela CT-
442 Indígena, com a criação de subprograma para atendê-los. Foi sugerida a reunião direta com a CT-
443 OS para delimitação das ações conjuntas. O Secretário Executivo substituto comunicou que
444 provavelmente será proposta deliberação para pagamento de auxílio à comunidade de Degredo, na
445 próxima reunião do CIE, nos moldes do procedimento utilizado pela CT-OS. Foi esclarecido que,
446 conforme a Deliberação nº 7, os membros das CTs são somente os representantes do órgãos
447 públicos. Para que os indígenas participem das reuniões da CT, devem ser como convidados. Ao
448 final, o TAP do MP e as consultorias foram alvo de debates. Por fim, não havia representante da
449 Câmara Técnica de Educação, Cultura e Lazer na reunião. O Secretário Executivo substituto leu os

450 informes enviados por e-mail pelo coordenador, os quais serão novamente pautados na próxima
451 reunião. A SECEX redirecionará o e-mail aos membros do CIF. Em seguida, passou-se para a parte
452 aberta da reunião, iniciando-se as deliberações do CIF. Quórum verificado. A primeira proposta de
453 deliberação foi apresentada pela CT-SHQA, referente à NT 11 e a Deliberação nº 43. Leitura dos
454 itens 1 a 3. Explicações sobre o item 4. Foi mencionada a reunião realizada com a CTEI, que
455 culminou na elaboração do Parecer Jurídico nº 222 da PF/ANA. Explicações acerca do item 3,
456 cujos funcionários deverão ser próprios da Renova. Caso sejam terceirizados, fica registrado em Ata
457 o interesse do CIF de que a Renova se envolva diretamente com o Programa, e não contrate outra
458 empresa para executá-lo, devendo criar estrutura específica com essa finalidade. Os representantes
459 da Renova concordaram com a propositura, sem que haja transferência de responsabilidade. A
460 redação do trecho em análise foi alterada para "equipe sob responsabilidade direta da Renova". Os
461 prazos estabelecidos foram considerados exequíveis. Votação. Aprovada a **Deliberação nº 75**. Em
462 seguida, a CT-SHQA apresentou outra proposta de deliberação, relativa ao RT 03-IBAMA/IEMA,
463 com notificação da Renova pelo descumprimento do item 1 da Deliberação nº 33. A minuta foi
464 alterada seguindo o modelo apresentado pelos Procuradores Federais da ANA e IBAMA. Últimos
465 ajustes foram realizados. Votação. Aprovada a **Deliberação nº 76**. A próxima deliberação foi
466 novamente apresentada pela CT-SHQA, acerca da criação de Grupo de Trabalho para
467 acompanhamento do PMQQS. Breves explicações sobre a necessidade do grupo. Leitura dos nomes
468 indicados pelas instituições. Em outro tema, a coordenadora da CT-SHQA mencionou a próxima
469 saída de campo da CT, que ocorrerá entre os dias 17 e 21 de julho de 2017, com vistoria de todas as
470 estações telemétricas ao longo do rio Doce e, ao final, será realizada entrevista coletiva em
471 Vitória/ES. Ofício físico foi enviado para a Renova, para dar ciência e convidar para o
472 acompanhamento. Destacou-se que toda infraestrutura logística e financeira está sendo arcada por
473 cada uma das instituições participantes. O convite foi reiterado aos membros do CIF, principalmente
474 com relação à mídia chegando em Vitória no dia 21/07. Votação. Aprovada a **Deliberação nº 77**. A
475 próxima proposta de deliberação foi apresentada pela CTEI, sobre o ressarcimento dos gastos
476 extraordinários. Leitura integral e breve histórico das avaliações do documento da Renova. Divisão
477 de critérios para pagamento de gastos anteriores e posteriores à assinatura do TTAC. Dúvidas
478 relativas à previsão para o pagamento, que inicialmente seria apenas em 2018, mas houve proposta
479 da Renova para que os pagamentos dos gastos extraordinários se iniciem no último
480 quadrimestre de 2017. Os representantes da Renova ratificaram o compromisso anunciado na
481 proposta citada. Logo, o ressarcimento poderá ser iniciado em outubro de 2017. Outra vez, foram
482 mencionadas as recomendações da NT que deverão ser incorporadas ao documento da Renova
483 analisado, o qual deverá ser adequado. Esclarecimentos sobre gastos ordinários e extraordinários.
484 Sugestão de que sejam realizadas novas reuniões entre Renova e representantes da CTEI anteriores
485 às reuniões ordinárias da CTEI. Os representantes da Renova reiteraram pedido para se reunirem
486 também com as demais Câmaras Técnicas, antes das reuniões das CTs. O representante da EY
487 solicitou que não haja mais de duas reuniões de CTs no mesmo dia. A SECEX colocará em
488 planilha todas as reuniões de CTs. Serão enviados esforços para que não haja coincidência de
489 datas. Votação. Aprovada a **Deliberação nº 78**. A próxima deliberação foi apresentada pelo segundo
490 coordenador suplente da CT-BIO, por videoconferência, para que o monitoramento da
491 biodiversidade marinha seja iniciado. Últimos ajustes realizados. Questões relacionadas ao *Webgis* e
492 às Cláusulas 164 e 181, em atraso, serão pautadas na próxima reunião do CIF. O coordenador
493 solicitou o cumprimento da cláusula 184, sobre o banco de dados. Votação. Aprovada a
494 **Deliberação nº 79**. A CT-BIO também deverá fazer as complementações dos estudos necessários
495 para o ambiente dulcícola, o mais brevemente possível. O banco de dados foi objeto de amplo
496 debate. A próxima deliberação foi apresentada pela CT-Rejeitos, cuja minuta foi enviada por e-mail
497 pela CT para a SECEX. Leitura integral e complementações sobre a proposta de suspensão da multa
498 diária. Votação. Aprovada a **Deliberação nº 80**. Releitura da pauta para recapitulação das
499 apresentações da tarde. Às doze horas e quarenta minutos a reunião foi suspensa para o almoço,

500 sendo retomada às treze horas e quarenta minutos. Primeiramente, tratou-se da questão da Fazenda
501 Floresta, que vem atrasando consideravelmente a execução do TIAC. Os dois encaminhamentos
502 anteriormente discutidos foram novamente propostos. Primeiramente, a reunião com os diferentes
503 atores: órgãos ambientais da MG, IBAMA (MG e Sede), SEMAD, Município de Rio Doce, Renova,
504 Samarco e Consórcio Candonga e ANEEL, com mediação e articulação da Casa Civil. Também será
505 acionado o Painel de Especialistas para análise técnica de toda a situação de Candonga, não apenas
506 da Fazenda Floresta. Todos concordaram com a medida. Foi lida a Cláusula 246 para
507 esclarecimentos. A avaliação do Plano de Manejo de Rejeitos será pautada na próxima reunião do
508 CIF. A SECEX distribuirá a avaliação do Plano de Manejo de Rejeitos para todos os membros, por
509 e-mail. Os três nomes relativos ao Painel de Especialistas serão indicados da seguinte forma: um
510 pelo CIF, um pela Renova e outro em conjunto, desde que não estejam vinculados aos órgãos. As
511 sugestões dos nomes serão enviados para os membros por e-mail. A Presidente sugeriu que o Painel
512 seja instalado permanentemente para tratar dos rejeitos e, caso haja mudança quanto ao tema, os
513 indicados também sejam substituídos por especialistas na nova área do conhecimento. Em seguida
514 tratou-se do reassentamento, para viabilização do projeto de expansão urbana. O representante da
515 SECIR detalhou os esforços empreendidos em conjunto com o Município e a Coordenadoria de
516 Habitação do Ministério Público, inclusive com elaboração de minuta de projeto de lei, decreto de
517 desapropriação, entre outros diplomas legais pertinentes, com o intuito de tornar o processo mais
518 célere do que o normal trâmite burocrático em casos similares. Todavia, houve descompasso entre
519 as informações repassadas pela Renova para as diferentes partes do processo de reassentamento, tais
520 como diferenças da área disponível para o reassentamento. Citação da legislação específica
521 aplicável ao caso, sendo comunicado à diretoria da Renova que os profissionais envolvidos
522 deveriam saber das restrições legais. Mencionou algumas declarações da Renova na mídia que
523 colocam a culpa pelo atraso nos governos, desconsiderando as lacunas técnicas do projeto, que
524 tornam sua aprovação inviável. A diretoria da Renova agradeceu as informações e se comprometeu
525 a mudar de postura e cuidar pessoalmente dessa situação com atenção especial, destacando que a
526 contratação de supressão vegetal e terraplanagem já estão quase concluídas. Em seguida, passou-se
527 a tratar das contratações locais, cujas críticas dos Prefeitos foram expostas no dia anterior. A gerente
528 de suprimentos da Renova apresentou a nova política de contratação da Fundação. Informou sobre
529 os últimos sete encontros realizados nos municípios impactados, com as prefeituras e as
530 comunidades empresariais. Destacou que a meta de contratação de mão de obra local é de 70% e a
531 de empresas locais é de 50%. Essa nova política observa as diretrizes da Deliberação nº 55 e, caso a
532 empresa contratada não seja dos Estados, a mesma deve contratar 70% da mão de obra local.
533 Enfatizou que o requisito para contratação de pessoal não é a naturalidade do cidadão, bastando a
534 comprovação de residência no local. No caso das empresas, o CNPJ deve ser inscrito no Município.
535 Os membros asseveraram que a agenda de contratação deve ser melhor divulgada, inclusive com os
536 Prefeitos, cobrando maior transparência das ações. O Prefeito de Rio Doce mencionou que no caso
537 dos auxiliares de serviços, as empresas foram contratadas, por indicação, em Ponte Nova,
538 mencionando que as contratações de empresas de fora do Município trazem grande número de
539 pessoas para cidades pequenas, causando impactos sociais. O representante da Renova discorreu
540 sobre os "contratos pontes", firmados durante a transição para a nova política da Renova, mesmo
541 após a definição contida na Deliberação nº 55, para que fossem evitadas a descontinuidade e as
542 paralisações. A regra de 70% é referente aos números brutos, ou seja, sete em cada dez pessoas
543 contratadas serão locais, não levando-se em conta o valor do salário das mesmas. Com relação às
544 empresas, metade das contratadas são locais, independentemente do valor dos contratos. O
545 representante da Renova contra-argumentou que atualmente possuem mais de mil contratos, que
546 foram pulverizados e diminuídos para poderem contemplar as pequenas empresas locais, citando
547 como exemplos a confecção de uniformes da Fundação e a locação de automóveis. O assessor do
548 Prefeito de Rio Doce cobrou maior fiscalização da Renova quanto à declaração de residência das
549 pessoas, citando um caso de inveracidade quanto à conta de luz, devendo a Fundação obter outras

550 informações junto às Prefeituras ou outros órgãos da região. O representante da SEGOV perguntou
551 acerca do prazo de noventa dias para o financiamento do desembolso da Renova para pequenas
552 empresas. A representante respondeu que os contratos oriundos da Samarco eram de sessenta dias,
553 com mais trinta dias de mobilização, totaliza-se noventa dias, de praxe no ambiente industrial.
554 Todavia, para fornecedores menores, e considerando a crise econômica, essa prática tornou-se
555 inviável, o que resultou na nova política da Renova em que os contratos são pautados na regra de
556 quinze dias para pagamento, com direito a antecipação da mobilização, favorecendo os
557 microempresários locais. Dúvidas relativas à linha de crédito para capital de giro e fluxo de caixa
558 foram explicitadas, assim como do Fundo Garantidor e do Fundo Equalizador, previstos na Cláusula
559 130 do TTAC, em parceria com o BDMG e o BANDES. Sugestão de que a política de contratação
560 local seja enviada para CTEI, para que a CT a avalie e apresente manifestação ao CIF, em
561 atendimento às demandas apresentadas pelos Prefeitos no dia anterior. A representante do IEMA
562 ressaltou as exigências para contratação dos barqueiros e motoristas no ES, exigindo diversos
563 documentos. A representante da Renova enfatizou que a Fundação está contratando apenas Pessoas
564 Jurídicas, ainda que MEI, mas que não estão contratando pessoas físicas. A representante do IEMA
565 chamou a atenção para as subcontratações que estão ocorrendo, exemplificando a área laboratorial.
566 Os representantes da Renova sugeriram a apresentação de todos os programas na próxima reunião,
567 durante um dia inteiro, ou, pelo menos, uma manhã ou tarde. A Presidente respondeu que será
568 melhor que apresentá-los no Evento do CIF em agosto aberto ao público, para não demandar um dia
569 de reunião do CIF somente para isso, visto que apenas um turno não seria suficiente para todos os
570 programas. O próximo assunto abordado tratou sobre as informações, como fotos, publicadas sem
571 os devidos créditos, que a Renova vem corriqueiramente divulgando na mídia, no site e nas redes
572 sociais. A representante do IEMA discorreu sobre diversos casos registrados em relatório,
573 disponibilizado à SECEX. Os representantes da Renova assumiram o erro e afirmaram que se
574 retrairão sobre os casos apontados. O documento compilado pelo IEMA foi formalmente entregue à
575 Renova. Na sequência, voltou-se a tratar sobre o nome indicado pelo CIF para compor o Conselho
576 de Curadores da Renova. Os representantes de MG e ES concordaram com a indicação. Todavia, o
577 representante do CBH-DOCE enviará por e-mail a confirmação até a próxima sexta-feira, dia 30 de
578 junho, para indicação formal à Fundação. O próximo item da pauta foi a apresentação da Política de
579 *Compliance* da Fundação Renova. O representante da Renova apontou que o *compliance* se trata da
580 conformação com seguranças e leis, destacando a lei da empresa limpa ou lei anticorrupção, que
581 pode gerar responsabilização objetiva do contratante, isto é, se a Renova contratar fornecedor e esse
582 for corrupto, a Fundação responderá pelos danos. Citou alguns impactos pelo descumprimento das
583 leis, tais como multas, impedimentos de financiamentos com bancos e abalo da reputação da
584 empresa. Leitura da Cláusula 06, inciso XIX, onde encontra-se a previsão do *compliance* no TTAC,
585 e explicação dos oito fundamentos elencados pela Renova para cumpri-lo. Na sequência passou a
586 apresentar a metodologia e os processos, assim como os pontos de atenção. Explicações sobre o
587 Comitê de *Compliance*, formado pela área de *compliance* da Renova, assim como pelo jurídico,
588 pelos suprimentos e pelos contratos, que analisam os riscos, decidem e deliberam sobre a
589 contratação ou não do fornecedor solicitante. Adiante, afirmou que as pesquisas relacionadas ao
590 *compliance* geralmente duram dois dias e informou que das cinquenta e três empresas sugeridas
591 para serem contratadas, dezesseis foram rejeitadas. A sugestão de não contratação visa mitigar os
592 riscos e garantir a integridade das contratadas. As consultas do referido comitê se utilizam de listas
593 de empresas proibidas de contratarem com o poder público (CEIS/CENEP), além de outras
594 ferramentas que buscam cerca de oitenta bases de dados. Foi sugerido que a Renova também
595 pesquise na lista do Cadastro Técnico Federal e dos embargados pelo IBAMA, para não contratá-
596 los. A SECEX repassará a apresentação aos membros do CIF por e-mail. A representante do IEMA
597 advertiu que as justificativas pela não contratação devem ser divulgadas. Foi suscitada a questão das
598 Universidades a serem contratadas para execução do Termo de Referência elaborado pela CT-BIO.
599 O representante da Renova informou que os dados do Comitê do *Compliance* são sigilosos e que

600 almejam a impessoalidade, mencionando que a Fundação é monitorada pelo MP e deve contratar
601 com o máximo de transparência, sendo que, com relação à contratação das Universidades, será
602 realizada consulta ao MP. Seguindo a discussão, os representantes da Renova afirmaram que a
603 Deliberação nº 75, recém-aprovada, está em consonância com o *compliance* preconizado na
604 Cláusula 169 do TTAC. O representante da Renova mencionou que o *compliance* está em várias
605 áreas da Renova, para mitigar riscos e garantir que o dinheiro seja utilizado para os devidos fins da
606 Fundação. Houve cobrança por parte dos membros do CIF à Renova acerca da elaboração do
607 Manual de *Compliance*, que trata da execução propriamente dita do *compliance*, a qual deve ser
608 publicizada. As formas de contratação devem ser esclarecidas, sob o olhar público e não
609 corporativo. O *compliance* da Fundação Renova não pode ser idêntico ao da Samarco e da Vale. O
610 representante da CTEI teceu comentários acerca da política de *compliance*, solicitando o passo a
611 passo para as contratações futuras, consolidados em guias de instruções. Registra-se em Ata o
612 seguinte encaminhamento: **A Renova elaborará o Manual do Compliance.** Após novas
613 discussões, a representante da Renova afirmou que a antiga Política de Suprimentos era inspirada na
614 da Samarco e que não se aplica mais à Fundação, por isso está sendo modificada e será publicizada
615 em breve. Em seguida, os membros do CIF mencionaram respostas da Renova no sentido de que a
616 Política de *Compliance* da Fundação vem barrando as contratações com prazos menores de noventa
617 dias. A diretoria da Renova alegou desconhecimento das referidas respostas, reiterando que o
618 *compliance* analisa o caso e emite resposta em dois dias. Reafirmaram que a resposta às CTs não
619 podem ser dessa maneira. Foi mencionado o nome Ione, como a representante da Renova que vem
620 respondendo nesse padrão errôneo. Na sequência, foram abordados outros temas para discussão
621 junto a Renova, tais como o Plano de contas e gestão contábil da Fundação. A apresentação foi
622 realizada pelo gerente da área financeira da Renova, com explicações sobre a estrutura de gestão de
623 custos dos Programas. Explicações sobre a auditoria de contabilidade que está sendo feita pela
624 PwC. Exposição da classificação das despesas, as quais são segregadas pela Estrutura Analítica de
625 Custos, por meio das nomenclaturas: direta, conservadorismo ou preponderância. A Presidente
626 suplente solicitou informações sobre as tabelas de despesas disponibilizadas nos relatórios mensais,
627 sugerindo o detalhamento de cada programa e a apresentação em cada CT, nas respectivas reuniões.
628 Elucidação das diferenças entre as despesas finalísticas e administrativas. Destacou que as despesas
629 das filiais da Fundação em Mariana, Governador Valadares e Linhares são classificadas em
630 despesas finalísticas diretas e a sede em Belo Horizonte como despesas administrativas diretas.
631 Mencionou a alocação de despesas nos planos de contas para cada um dos quarenta e um
632 programas. Novamente as coordenadoras da CT-FLOR e da CT-SHQA apontaram a necessidade de
633 maior controle da Renova nos gastos relativos aos estudos, tendo em vista foram elaborados dois
634 TR's sobre o mesmo objeto, o que acarreta em duplicidade de gastos. Dúvidas e explicações acerca
635 do orçamento. O gerente da Renova destacou o balanceamento mensal para projeções e alocação
636 dos recursos das empresas mantenedoras. Exposição dos balanços e demonstrações financeiras. Ao
637 final, informou que relatório anual da Fundação foi publicado no site da Renova ontem,
638 devidamente auditado pela PwC, referente ao período de janeiro a dezembro de 2016, consolidado
639 em abril de 2017. Seguindo a pauta, o banco de dados *Webgis* foi apresentado pelo gerente de TI da
640 Renova. Explicações sobre as três camadas de gestão e consolidação de dados georreferenciados. O
641 *Webgis* é apenas uma das ferramentas do grande arcabouço da base de dados da Fundação Renova.
642 Em seguida, explicitou que existem dois tipos de perfis de acesso: sociedade e especialista. No
643 primeiro, a informação é mais resumida e de fácil compreensão. No segundo a informação é mais
644 detalhada e de acesso restrito. Exemplificação das distinções dos perfis quanto ao acesso aos dados
645 sobre a qualidade da água. Demonstração das funcionalidades do sistema, cujas informações são
646 inseridas dentro dos eixos temáticos apresentados. Cada eixo conterá informações específicas de
647 determinadas áreas, tais como biodiversidade, rejeitos, infraestrutura, etc. Apresentação do
648 cronograma de implantação do sistema, com base em NT da CT-FLOR, com entregas de três
649 melhorias solicitadas pela CT. No dia 30 de junho de 2017, todo o sistema estará disponível no site.

650 Dúvidas acerca do CAR e das demais propriedades rurais foram esclarecidas. O mapa de
651 visualização no site foi apresentado, com apresentações georreferenciadas, divididas por programas.
652 Diferenciação de fontes de dados quantitativos e qualitativos e a interface com as áreas
653 socioambientais. A coordenadora da CT-FLOR propôs que fosse realizada reunião com todas as
654 CTs. A coordenadora da CT-SHQA, por ser Diretora de TI da Agência Nacional de Águas, solicitou
655 que os técnicos da Renova conversem com os técnicos da ANA, pois já existem *softwares*
656 semelhantes na Agência, para monitoramento de outras bacias hidrográficas. O representante da
657 Renova concordou com a proposta. A seguir, a coordenadora da CT-SHQA também sugeriu a
658 realização das reuniões com as CTs, propondo que se iniciem pelas quatro Câmaras Técnicas
659 socioambientais: CT-FLOR, CT-SHQA, CT-BIO e CT-Rejeitos. Ao final da fala, mencionou que a
660 Deliberação nº 77, aprovada hoje, prevê a criação de um Grupo de Trabalho para acompanhamento
661 do PMQQS, que também necessitará dos dados disponibilizados pela Renova. O representante da
662 CT-BIO mencionou o *workshop* de Vitória/ES, realizado para harmonizar os pontos de amostragem
663 na calha do rio Doce entre as CTs. Os dados obtidos serão os mesmos, mas aplicados de formas
664 diferentes pelas CTs. A SECEX encaminhará à Renova a NT da CT-BIO sobre o banco de
665 dados. Na sequência, decidiu-se que o item da apresentação da Renova relativo ao
666 acompanhamento dos programas será tratado na próxima reunião do CIE, passando-se diretamente
667 ao último ponto da pauta, a atualização do status dos trabalhos da Auditoria da EY. O representante
668 da EY mencionou que a auditoria não está participando ativamente apenas da CT-Saúde e da CT-
669 Indígena, por enquanto. Destacou que o único PAI aprovado até o momento foi referente à
670 recuperação sob responsabilidade da CT-INFRA. No total, serão mais de mil estruturas para a
671 equipe da EY vistoriar, sendo que, das quinhentas estruturas que a Renova alega que foram
672 recuperadas, 270 estruturas foram vistoriadas recentemente. Afirmou que será criada força tarefa e
673 em agosto será apresentado o primeiro relatório da EY. Algumas estruturas apresentam vícios de
674 obras, em detalhes como, por exemplo, o fluxo de torneiras, os quais não comprometem o resultado,
675 mas que a EY solicitou a manutenção da Renova. A representante do IEMA perguntou sobre o
676 tempo em que a Fundação fará manutenção após a entrega da obra vistoriada. O representante da
677 EY respondeu que, segundo o Código Civil, serão cinco anos de manutenção para impactos diretos.
678 E quanto aos impactos indiretos, os mesmos deverão ser reparados enquanto os impactos forem
679 gerados, citando como exemplo o fluxo de caminhões em Rio Doce que pode gerar trincas nas casas
680 próximas às estradas, que devem ser reparadas. A coordenadora da CT-FLOR demonstrou receio de
681 que os relatórios referentes às quinhentas nascentes recuperadas não apresentaram indicadores, para
682 serem auditados. O representante da EY informou sobre a estratégia do PAI parcial, que não contém
683 indicadores ou regras de programas, mas que agilizam o trabalho posterior. Adiante, discorreu
684 rapidamente acerca dos andamentos da auditoria na CT-OS, com escopo reduzido, enfatizando que
685 o Cadastro Integrado é a base para todo o trabalho da auditoria. Todos os aceites da CT-INFRA
686 serão comparados ao Cadastro, para maior segurança à Renova e ao CIE. Na sequência, demonstrou
687 os programas que estão sendo acompanhados junto às CTs, destacando os programas da CT-FLOR,
688 de assistência aos animais, da CTEI na área agrícola e relativo aos ressarcimentos, entre outros. Por
689 fim, a coordenadora da CT-SHQA confirmou o recebimento da proposta da auditoria acerca do
690 acompanhamento da Cláusula 171, mencionando que será criado Grupo de Trabalho sob
691 coordenação da SECIR e suporte do IEMA para tratar do assunto. Também sugeriu de que inicie a
692 auditoria do PMQQS. Novamente a coordenadora da CT-FLOR externou preocupação com os
693 indicadores de todas as CTs, afirmando que é fundamental que a Renova e EY apresentem propostas
694 de indicadores para aprovação do CIE, antes do fechamento dos programas. Ao final, o
695 representante da EY mencionou que além dos pontos focais, existe equipe técnica acompanhando as
696 reuniões das CTs, pedindo desculpas por não conseguirem comparecer em todas as reuniões, tendo
697 em vista as quatro ocorrências de reuniões de CTs entre os dias 12 e 13 de julho, como exemplo.
698 Todavia, a EY segue com tratativas com todas as CTs para tentar estar presente em todas as
699 reuniões. Ao final, a representante da Casa Civil solicitou o esclarecimento de dúvidas relativas ao

700 programa de assistência aos animais. O representante da EY explicou sobre o fluxo padrão dos
701 programas, no qual a Renova deve apresentar um documento de definição do programa, contendo a
702 definição do escopo de trabalho já discutido e validado e os indicadores propostos, avaliados pela
703 CT e validados pelo CIF. A partir daí, a EY apresenta proposta de auditoria para mensuração dos
704 indicadores com a periodicidade definida e emite os relatórios. Especificamente no programa de
705 assistência aos animais, apontou que a Renova apresentou o documento de definição do programa
706 para a EY e para o CIF, sobre a castração dos animais, e no momento está sendo analisado pela CT-
707 OS, visto que a CT-Saúde não o considerou como sendo da área da saúde, conforme apresentação
708 no dia anterior. A data da próxima reunião, a 16ª Reunião Ordinária do CIF, foi confirmada para os
709 dias 03 e 04 de agosto de 2017, em Belo Horizonte/MG, não havendo realização de reunião do CIF
710 no mês de julho. As datas da reunião subsequente do CIF e do Evento sobre o rio Doce serão
711 confirmadas após a definição da data da reunião do Plenário do CONAMA, que será realizada no
712 Auditório nº 1 do Ibama/Sede em Brasília, provavelmente no dia 23 de agosto de 2017. Pelo fato de
713 que alguns membros do CIF são Conselheiros do CONAMA, decidiu-se pelo agendamento do
714 Evento do rio Doce no próprio Auditório nº 1 do Ibama/Sede, nos dias subsequentes ao Plenário do
715 CONAMA, isto é, nos dias 24 e 25 de agosto, aproveitando a presença de todos em Brasília, e com
716 abertura do Ministro do MMA. Assim, a princípio, a 17ª Reunião Ordinária do CIF será realizada
717 em dia único, provavelmente no dia 23 de agosto, no Auditório nº 2 do Ibama/Sede em Brasília,
718 simultaneamente à reunião do CONAMA. Por sua vez, a 18ª Reunião Ordinária do CIF será
719 realizada em Vitória/ES, mantida a data de 25 e 26 de setembro, alterando-se apenas o local de sua
720 realização. Todos concordaram. A 15ª Reunião Ordinária do CIF se encerrou às dezesseis horas e
721 cinquenta minutos do dia vinte e sete de junho de 2017.

GISELA DAMM
FORATTINI:45
026114768

Assinado de forma digital por GISELA
DAMM FORATTINI:45026114768
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-
CPF A3, ou=(EM BRANCO),
ou=Autenticado por Certisign
Certificadora Digital, cn=GISELA DAMM
FORATTINI:45026114768
Dados: 2017.07.28 10:12:50 -03'00'



